

A cientificidade nos estudos de comunicação:

A virada na reflexão brasileira

Francisco Rüdiger¹

Resumo

O artigo resume e analisa a trajetória das discussões da comunidade brasileira de pesquisadores em comunicação acerca do estatuto epistemológico de sua área de conhecimento, das origens, nos anos 1970, até o início do atual século, considerando em detalhe a contribuição de três autores: Eduardo Neiva, Tiago Quiroga e Efendy Maldonado. O estudo aponta a maneira como se passou do consenso sobre a sua interdisciplinaridade, marcante na primeira etapa, para a reivindicação de sua autonomia científica, característica do período mais recente, via o emprego dos conceitos de disciplina e transdisciplinaridade. A pesquisa é documental e a estratégia metodológica da análise recorre à reconstrução racional da argumentação encontrada nos materiais que permitiram à autoria mapear as transições epistemológicas acima indicadas. Adotando como ponto de partida a análise do trabalho de Neiva, o texto segue detalhando as teses e os problemas das empresas de Quiroga e Maldonado. A condução do raciocínio apresenta argumentos semeadores de dúvida e, evitando externar tese própria, defende, em conclusão, que se veja com ceticismo as postulações feitas ao longo deste movimento em conjunto, a despeito delas terem esboçado escola após 2000.

Palavras-chave

Epistemologia nos Estudos de Comunicação; História do Pensamento Comunicacional Brasileiro; Teorias da Comunicação.

¹Professor das Universidade Federal e Católica do Rio Grande do Sul, Doutor em Ciências Sociais (USP). E-mail: frudiger33@gmail.com.

Scientificity in communication studies:

The turning point In Brazilian reflection

Francisco Rüdiger¹

Abstract

This article reports the trajectory of the Brazilian communication researchers discussions about the epistemological status of their area of knowledge, from their origins, in the 1970s, to the beginning of present century, considering in details the contributions from Eduardo Neiva, Tiago Quiroga e Efendy Maldonado. The study points out the way in which the consensus on the area's epistemological dependence on other fields of knowledge, revealed in its first stage, has moved, in a second one, to the claim of its scientific autonomy, through the use of concepts like discipline and transdisciplinarity. The research is documentary and the methodological strategy of the analysis proceeds to a rational reconstruction of the arguments discovered in the materials allowing the mapping of that epistemological transitions. Taking as a starting point the analysis of Neiva's work, the text goes on to detail the theses and problems contained in the Quiroga's and Maldonado's ones. The main reasoning raises doubts about all this movement and, without expressing its own thesis, lead to the conclusion that, despite having formed a school after 2000, the postulations contained in it should be viewed with skepticism.

Keywords

Epistemology in Communication Studies; History of Brazilian Communicational Thought; Communication Theories.

¹Professor das Universidade Federal e Católica do Rio Grande do Sul, Doutor em Ciências Sociais (USP). E-mail: frudiger33@gmail.com.

Sempre que, entre acadêmicos, se fala de comunicação, a tendência, pelo menos em nosso país, é falar mal, no sentido de que não se emprega os meios de expressão aptos a dar conta de suas distintas referências. Após criarem o termo *communication research*, os anglo-saxões revelaram predileção por outros: *communication* ou *media studies*. Já os alemães e franceses, que entraram no ramo mais tarde, propuseram e se acostumaram a usar a expressão “ciências da comunicação” (*Kommunikationswissenschaft / Sciences de la communication*). Exceto entre os primeiros e os que se ocupam com psicologia, a palavra “comunicação”, todavia, não parece ser muito utilizada para designar uma experiência ou positividade de relevância acadêmica na área de ciências humanas, muito menos uma forma de saber ou ramo do conhecimento científico.

No Brasil, ao contrário, a regra é promover a confusão, visto que a palavra “comunicação” tornou-se, com o tempo, título com que se nomeia tanto a coisa quanto seu lugar de estudo (a área acadêmica). Maria Immacolata Vassallo de Lopes resumiu a situação no final da década de 1980, salientando com precisão que, entre seus sujeitos, o termo passara a ser usado “para indicar uma [pretendida] disciplina, tanto quanto o seu objeto de estudo” (LOPES, 1990, p. 11).

Sabe-se que algo do tipo ocorreu com os termos história e economia, por exemplo: ambos servem para designar ao mesmo tempo uma área do saber e seu tema de estudos — a disciplina e seu objeto. Na área acadêmica batizada com a expressão em debate neste artigo, verificou-se o mesmo, mas tem sido, até agora, muito pequena a consciência do problema, em virtude do menor cuidado no uso e a juventude do setor nos estabelecimentos universitários.

Apesar de inicialmente proposta, a tentativa de resolver o problema lançando mão da letra maiúscula para designar a “ciência” e da inicial minúscula para designar o objeto que ela estudaria, ou vice-versa, não vingou. O preço pago por isso é, até hoje, uma permanente confusão no tratamento da matéria e nas discussões mais gerais em que se envolvem seus interessados. O emprego do termo “comunicação” para designar um setor acadêmico criou, entre muitos, a convicção de que com este nome se possa definir um sistema de estudo ou conhecimento distinto e autônomo.

O fato de a palavra ter dado nome a uma área da atividade acadêmica não implica que, só por isso, nela se abrigue uma nova ciência. O termo “ciências da comunicação” se aceita, conquanto se entenda que, salvo prova documental, e não petição de princípio, estas ciências não têm especificidade diversa daquela que, relativamente ao nosso ser cultural, social e histórico, as chamadas ciências humanas definem, sobretudo, em sendo o caso da expressão “comunicação” ser usada como sinônimo do que, cada vez mais, se chama de mídia.

Não termos total clareza quanto a isso, tem a ver com a falta de controle no emprego do termo “comunicação” que caracteriza sua recepção em nosso meio

acadêmico. No plano mais profundo e epocal, o problema aponta para o esvaziamento da epistemologia na consciência reflexiva de uma época na qual a comunicação, transcendendo a condição de mero processo, se torna figura matricial do pensamento (SFEZ, 1992), por exemplo.

Nota-se que o fato não costuma gerar embaraço onde se faz pesquisa, onde o pessoal submetido à jurisdição acadêmica se engaja em estudos de mídia — mas complica e provoca intermináveis confusões no discurso reflexivo sobre o assunto, quando se trata de pensar os fundamentos epistemológicos do saber em que eles se amparam. A trajetória da forma como a questão se colocou em nosso meio acadêmico nas últimas décadas é, cremos, uma prova disso, conforme se pretende argumentar nas páginas que seguem.

Nesse sentido, o estudo propõe, em um primeiro momento, de recapitulá-la, destacando o esforço pioneiro no sentido de pensar a ideia de interdisciplinaridade feito por Eduardo Neiva. Depois, serão analisadas e comentadas as teses de dois protagonistas que preconizaram uma reviravolta neste entendimento, por volta do ano 2000. Por fim, é preciso sinalizar a situação acadêmica e intelectual em que tudo isso desembocou, não havendo espaço para abordar as vias com que talvez se pudesse propor outras alternativas de entendimento da matéria.

O consenso sobre a interdisciplinaridade

Provavelmente o primeiro a tentar sistematizar os estudos sobre a matéria em nosso país, José Marques de Melo (1970) falou da comunicação humana como um processo de vários aspectos (biológico, social, filosófico, etc.), cujo conceito, entre os interessados em radiodifusão, jornalismo, publicidade e atividades afins, poderia ser pensado e trabalhado tecnicamente no marco da teoria da informação originada dos escritos de Claude Shannon e Warren Weaver.

Havia, então, cursos acadêmicos e profissionalizantes de publicidade, jornalismo, oratória, radialismo, cinema, relações públicas, etc. O Conselho Federal de Educação resolveu, no entanto, integrar todos eles, como habilitações de nível superior no Curso de Comunicação Social, em 1968. José Marques de Melo (1970), Luiz Beltrão (1973) e outros viram no ensejo a conveniência de fornecer ao campo um cânone científico, sem a preocupação em refletir sobre sua propriedade epistemológica.

Para eles e outros tantos de sua geração, a “comunicação” deveria ser pensada de acordo com a adaptação da teoria da informação que, nos Estados Unidos, fizera a fama de Wilbur Schramm e, em países como o Brasil, contou ainda com o aproveitamento que lhe deram os semioticistas europeus, em especial Umberto Eco.

Várias ciências estudam a comunicação, entendida como processo formal de transmissão e recepção de informações em geral, passível de elaboração em modelo. As ciências da informação ou comunicação social, como em seguida passou-se a falar, adquiririam identidade na medida em que estudam esse processo em seus aspectos

humanos, com eventual auxílio das demais, visto que a troca de informações por meio de mensagens com sentido está inserida no objeto de todas as ciências humanas (MARQUES DE MELO, 1970, p. 61-62).

Assim, vieram em paralelo os que, correndo por esta linha, procuraram lhes dar os respectivos fundamentos científicos (SÁ, 1973), partindo de uma premissa, no entanto, bem sintetizada pelo sociólogo Roberto Moreira:

A comunicação tem sido um campo de estudo interdisciplinar, desde as preocupações iniciais nascidas no seio da sociologia e da psicologia, até os recentes diálogos travados entre essas ciências e a semiologia, a psicanálise, a linguística, etc. Essa interdisciplinaridade não deve ser considerada negativa; pelo contrário, é enriquecedora e talvez não se possa mesmo tratar um fenômeno social básico (como é a comunicação) de outra forma (MOREIRA, 1979, p. 12).

Sinal disso foi a criação, em 1977, da Associação Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Avançava o interesse despertado pelo assunto em outros setores acadêmicos. A colaboração entre os comunicólogos e os estudiosos de outras áreas ganhou força. Durante os 1980, consolidou-se o ensino de graduação. Saiu de cena — se é que estava, vista a falta de massa crítica na área — a expectativa de determinar o seu “objeto específico”. Revelara-se vã a proposta de definir seu estudo em termos disciplinares especializados, conforme tentara defender Coelho Netto (1980, p. 11). Advogando a submissão epistemológica do assunto à semiótica, o autor, com efeito, advertira que, relativamente à comunicação, a interdisciplinaridade tende a ser usada como “opção ideológica de despistamento”, porque, em última análise, “de fato muito pouco ou mesmo nada sobra[ria de próprio à teoria da comunicação]” (COELHO NETTO, 1980, p. 195), diante do que oferecem a sociologia, a filosofia, a psicologia etc. Para o autor, se é verdade que

a interdisciplinariedade não pode ser evitada, e em certos casos é mesmo desejada, ela não pode ser encarada como a estrutura mesma do estudo da comunicação — como ainda se insiste em acreditar em muitas escolas e instituições de pesquisa. [Pois] essa multiplicidade de abordagens quase nunca ou nunca consegue propor, não tanto uma linha unitária, mas pelo menos uma linha de convergência capaz de esclarecer o fenômeno da comunicação (COELHO NETTO, 1980, p. 211-212).

Tudo isso foi letra morta, pondo-se de lado as pretensões em abordar o termo desde uma ótica disciplinar, embora diferente do esquema teórico tradicional, assentado nos conceitos de emissor, mensagem, veículo e receptor. Como registra Maria Immacolata Vassallo de Lopes em sua obra de 1990, acordou-se, durante a década anterior, que seria melhor definir o assunto como “campo de estudos” (LOPES, 1990, p. 11) em que intervêm as várias ciências humanas. Acatando o viés interdisciplinar, seguiu incontestemente o entendimento de que, “a despeito da necessidade de integrar enfoques particulares dependentes de uma ótica sintetizadora e explicativa do fenômeno global da comunicação [como objeto de estudo], ainda não se produzira

uma Ciência da Comunicação” (LOPES, 1990, p. 91).

As teorias oriundas do paradigma norte-americano, que talvez pudessem acenar nesse sentido, estavam sob fogo cerrado da crítica influenciada pelo marxismo e por aquilo que começava a ser chamado de escola latino-americana — mas disso não segue que a discussão sobre o assunto tenha saído do centro das conversas em curso na área, como registra uma análise de 1983.

Uma das principais características de área tem sido uma acentuada imprecisão em relação à definição de seu próprio objeto de estudo. Qualquer encontro de especialistas em Comunicação entre nós revelará um profundo desacordo sobre questões básicas tais como “qual é o nosso objeto de estudo?” ou “qual a melhor forma de estudá-lo?” (LIMA, 1983, p. 86-87).

Via de regra, a postura interdisciplinar adotada por nossos acadêmicos se descuidara do rigor no tratamento do assunto tanto quanto do seu lugar de fala, levando à superposição terminológica entre o fazer dos sujeitos e a senha de seus objetos de interesse, entre os estudos acadêmicos de comunicação e o seu campo material. Márcio Tavares do Amaral, no entanto, nota que o problema era mais profundo, observando, ainda à época do surgimento da área acadêmica, que as origens da imprecisão conceitual que acompanha o termo comunicação têm a ver com o modo como o objeto se constituiu epistemologicamente:

Enquadrado por conhecimentos desconexos entre si, produtores de problemas e de estratégias específicas e diversas, o objeto comunicacional acabou aparecendo sob o império de forças que lhe escapavam e que, malgrado seu, acabaram por lhe impor seu próprio perímetro. O lugar da comunicação [se tornou] espaço interseccional, área nebulosa em seus contornos e indefinida em seus fundamentos. Este lugar de origem marcou definitivamente o novo objeto (AMARAL, 1977, p. 24).

Eduardo Neiva pode ter sido o único pesquisador, antes de se delinear a onda levantada nos anos 2000, a lidar com esta circunstância em termos epistemológicos, quando, em 1991, decidiu enfrentar o problema e tentar esclarecer os critérios definidores da comunicação como objeto de estudos interdisciplinares. Pondo-se à margem do que se fazia na área em seu tempo (HOYOS-ANDRADE, 1985; LOPES, 1990), ele sublinhou a distinção entre teoria e prática embutida na expressão, para desenvolver um trabalho pioneiro e original, anos antes de a epistemologia passar a ser preocupação entre os comunicólogos brasileiros. Em síntese, reage o autor, no texto, às acusações acadêmicas, feitas por muitos de seus colegas, de que a área de comunicação não tem um objeto próprio e, portanto, o ensino deveria se basear na prática. As teorias seriam exóticas, de modo que só pelas práticas se lograria definir o que a área teria de mais próprio. Ocorre, contudo, salienta ele, que a separação entre teoria e prática, não bastasse ser filosófica, é uma postulação equívoca. A prática e a teoria são intrínsecas, interpenetram-se sempre — o que varia é a composição

resultante (NEIVA, 1991, p. 15).

Posto isso, a tarefa proposta por sua investigação, lamentavelmente lançada em estilo por vezes muito pouco claro e objetivo, consiste em argumentar que, embora as ciências humanas e naturais, mais a filosofia, estudem a comunicação de modo poliforme, isto é, com vários métodos e abordagens, existe um objeto único e singular atravessando e, portanto, unificando estas intervenções: a comunicação (NEIVA, 1991, p. 13).

A proposição é, à primeira vista, tautológica, visto que o objeto de estudo dos estudos da área não pode ser outro, analiticamente, que não a comunicação. O verdadeiro ponto, na verdade, está na observação de que, no plano em questão, do trabalho científico, a comunicação não é algo óbvio ou imediato, mas um *objeto teórico*: “nos estudos da comunicação, o objeto é, por natureza, lógico” (NEIVA, 1991, p. 213).

A comunicação não se restringiria aos processos e atos, muito menos aos meios que a agenciam realmente, constituindo ainda “um objeto digno de ser pensado [por si mesmo]” (NEIVA, 1991, p. 20). O pensamento desse objeto é poliforme e vai-se construindo logicamente mediante o diálogo e a colaboração das várias disciplinas. A crescente cooperação interdisciplinar vai, aos poucos fazendo surgir um conhecimento comunicacional — o texto, apesar da opacidade, nos deixa concluir.

A comunicação é um objeto “que se manifesta, intermitente e multiplamente, em várias disciplinas”, mas isso “não significa que inexista enquanto algo próprio, em si mesmo. Várias podem ser as disciplinas, o objeto final é constante” (NEIVA, 1991, p. 203).

Neiva joga-se de peito aberto em enunciados metafísicos disfarçados de proposições teóricas: “A vida social e mesmo a animal instituem-se e mantêm-se graças a processos comunicacionais” (NEIVA, 1991, p. 203). Ampara sua tese em argumentos histórico-sociológicos: “A transformação contemporânea de uma sociedade industrial num estágio pós-industrial concedeu à produção de linguagem, um papel especial em sociedade, fazendo coincidir radicalmente comunicação e vida social” (NEIVA, 1991, p. 204). Contesta o pensamento tecnológico e o reducionismo conceitual dos pesquisadores da área, dominados pela crença de que a comunicação se esgota nos meios técnicos e, assim, não exige uma reflexão teórica especializada (NEIVA, 1991, p. 21-24).

Baseado nisso, postula o autor que a comunicação subjaz a virtualmente todas as esferas da existência e, como tal, acaba vindo a constituir também o objeto comum de virtualmente todas as disciplinas (NEIVA, 1991, p. 204). Significa que a comunicação refere-se aos processos e atos em que há “troca de mensagens” (NEIVA, 1991, p. 14); mas se é assim, estes atos e processos também estão presentes na ciência, identificando-se com o movimento de “criação de mundos possíveis” da qual virtualmente toda ação seria responsável (NEIVA, 1991, p. 19).

A conclusão tem claro acento ontológico, em vez de epistemológico, ao pregar

que, diferenciando-se internamente, a existência, que o autor por vezes reduz à sociedade, “é uma vasta ação comunicacional” (NEIVA, 1991, p. 204). A convicção subjacente é a de que, do movimento do real, se pode abstrair epistemologicamente a forma de saber que o autor, previamente, desejava fundar, como será também o caso, adiante apontado, de seu colega mais jovem Tiago Quiroga.

A variedade das disciplinas científicas reflete a diferenciação da ação comunicacional, mas, por outro, verifica-se uma crescente interligação, uma troca de mensagens entre elas, através da qual a comunicação estaria se firmando como objeto de conhecimento. As várias ciências abordam a comunicação desde diversos pontos de vista, mas há um movimento através do qual, dialogando, uma criticando a outra, é o próprio objeto comunicação, isto é, a interdisciplinaridade que avança.

Acreditamos que tudo isso representou um progresso, na medida em que permitiu perceber o caráter abstrato da comunicação, o fato dela não ser ciência, mas objeto de estudo teórico e, mais ainda, categoria multidisciplinar, como entrevira Marques de Melo (1970). O problema, na verdade, está no relacionamento, conclusivo, do enunciado com os estudos de comunicação. Neiva afirma que “o objeto dos estudos da comunicação é plenamente teórico” (NEIVA, 1991, p. 204). No entanto, vale perguntar sobre que estudos está falando: disso ele não nos dá exemplo em seu texto, deixando supor que eles só se apliquem aos estudos de teoria da comunicação, ou não? Nos estudos de teoria da comunicação, que o objeto seja conceitual, qualquer que seja a maneira de entendermos a ideia de conceito, estaremos de acordo. No entanto, que os estudos de comunicação tenham sempre um caráter teórico não nos parece, contudo, admissível, sobretudo se a expressão vale como sinônimo de estudos de mídia.

A atividade acadêmica nesta última área sempre trabalha, é claro, com alguma teorização, ao abordar seus temas de interesse; mas isso não significa que esta tenha de passar pelas teorias da comunicação e que, portanto, estudos de mídia tenham, em sentido epistemológico, de ser sinônimo de estudos de comunicação.

A ruptura com o consenso

Faltando espaço para desenvolver o ponto, o principal, neste contexto, é ressaltar que, dez anos depois, Ramos Trinta e Polistchuk seguiam com o velho entendimento de que “o estudo científico da comunicação se fundamenta em um conjunto de saberes e de práticas pertinentes a diversas disciplinas e pertencentes a distintos campos”, e que o campo “relaciona as abstrações (indutivas e dedutivas) operadas pelas ciências humanas a treinamentos de natureza técnica [e profissionalizante no plano da formação de nível universitário de graduação]” (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 26).

Nessa época, a conjuntura acadêmica, no entanto, havia se alterado significativamente. Consolidando-se a área de Pós-graduação, mal ou bem surgiu “uma insatisfação generalizada com o estado do campo”. Passou-se a falar na “urgência

de se repensar seus fundamentos e reorientar sua prática de investigação” (FRANÇA; LOPES, 2003, p. 10). O entorno imediato estava em ebulição, haja vista a explosão da nova mídia digital interativa. O fato, contudo, não nos parece de relevância maior na compreensão deste novo momento. O aparecimento de uma estrutura burocrática de suporte à pesquisa e o incentivo à formação acadêmica no aparato de estado repercutiu de modo mais direto. A efervescência causada por ambas as situações provocada entre os notáveis da velha guarda e a nova geração por eles orientada fez o resto.

Na Associação dos Programas de Pós-Graduação da área, criou-se em 2001, se não a seção, pelo menos um grupo de trabalho sobre epistemologia da comunicação. Em seu âmbito, a velha doutrina se tornou motivo de dúvida e passou a ressoar um novo discurso. Passando por alto a prática de pesquisa da área, aos poucos consolidou o entendimento de que a “epistemologia da comunicação deveria constituir uma área de estudo permanente” (FRANÇA; LOPES, 2003, p. 10).

Considerada até então uma virtude, a interdisciplinaridade estava se convertendo em motivo de acusação por parte de alguns acadêmicos. Dessarte, ressurgiu sem saber do antecedente e avançou com disposição de mudar o paradigma a percepção externada 20 anos antes de que:

Grupos e escolas passam anos e anos, e isso é muito visível, tentando surpreender este fantasma [da interdisciplinaridade] com a guarda baixa para dominá-lo — sem o conseguir, frustrando os pesquisadores, teóricos e estudantes de comunicação (COELHO NETTO, 1980, p. 211-212).

No entanto, ainda em 1999, acadêmicos britânicos afirmaram que “a grande força da comunicação como campo de estudo está no fato deste ser um espaço interdisciplinar”, em que “especialistas de várias e distintas tradições se reúnem para descobrir a melhor maneira de esclarecer as complexas conexões entre os sistemas de comunicação e a organização da vida social e cultural contemporânea” (DEACON et al., 1999, p. 3). Isto é, conservavam em mente ideia de Wilbur Schramm, criador de um princípio que se tornaria canônico, ao defender, nos 1950, que

não estamos em tempo de separar ou restringir nossos interesses de pesquisa e nosso campo, mas, em vez disso, de explorar o máximo possível os outros campos em que nossos problemas se encontram em estudo e de multiplicar ao máximo o número de intercâmbios e alianças com os acadêmicos que trabalham com eles (SCHRAMM, 1958, p. 6).

No Brasil, ao contrário, o consenso que assim se formara começou, no início dos anos 2000, a ser questionado. Passou-se a afirmar que, na área em juízo, “frequentemente a interdisciplinaridade é usada como *habeas corpus* contra as exigências de severidade metodológica, contra o rigor na fundamentação e contra a solicitação de restrição ao campo científico, ou pelo menos, de priorização deste”

(GOMES, 2003, p. 328). Amparando-se em Wallerstein, Maria Immacolata Vassallo de Lopes endossou o juízo de que “embora tenha se constituído numa forma de abordagem criativa”, a proposta da interdisciplinaridade, em ciências sociais, “não teria implicado uma frutuosa fertilização recíproca entre as disciplinas, condição única que a faria merecedora de um maior aprofundamento e desenvolvimento” (LOPES, 2003, p. 285).

Da vontade como meio fundador de ciência interdisciplinar

Tiago Quiroga nos fornece exemplo para o argumento, na medida em que pensa poder salvar a condição de ciência para a área de comunicação investindo em um trabalho de construção teórica que ele reserva à epistemologia. Amparando-se em Muniz Sodré e outros, o autor explora seu desejo de conferir à área dos estudos de comunicação um objeto de estudo próprio e, assim, reconhecer-lhe autonomia científica. Em seu modo de ver, a ciência não adquire autonomia por decreto, mas através do que chama, bourdieusianamente, de “conquista de um objeto” (QUIROGA, 2013, p. 401). Quem constrói esse objeto, todavia, não é, em seu ver, o trabalho do pesquisador. Dando acento próprio à noção de história incorporada de Bourdieu, pretende o autor que quem o faz é a própria história da qual o investigador faz parte. No caso da comunicação, significa que a construção do objeto seria efeito da crescente midiaticização de todas as esferas da vida social viabilizada pelo desenvolvimento tecnológico — mas seu reflexo, notaremos, não o achamos em monografias, antes está na vasta fenomenologia que nos entrega Quiroga.

Conforme este processo avança, segundo o autor, mais e mais o pensamento sucumbe no que é chamado em seu texto de episteme comunicacional. A contrapartida do processamento mediático da existência é o engendramento de uma nova estrutura intelectual. Desse fato, Quiroga pensa ser possível deduzir os termos de uma nova ciência: a reconstrução e a análise do processo permitiriam vislumbrar a “situação original” que, via sucessivas traduções, “legitimaria um projeto de autonomia [para a ciência da comunicação]” (QUIROGA, 2013, p. 138).

Quanto a essa ciência realmente se apresentar em relatos de investigação (QUIROGA, 2013, p. 144-183), no entanto, não nos dá prova, limitando-se a sugerir que seus indícios se insinuam na trajetória do campo acadêmico, muito rápida e convencionalmente recapitulada em seu trabalho. O autor quer “contribuir para o que seria a constituição de uma especificidade discursiva comunicacional” (QUIROGA, 2013, p. 139) no plano da ciência, supondo que isso depende da “identificação de objeto de estudo próprio” (QUIROGA, 2013, p. 401).

Ocorre que as sucessivas traduções através das quais o processo de midiaticização ensinaria o surgimento de um discurso possuidor de sua própria autonomia e positividade não nos são reveladas em seu livro. Em vez de estudar a pesquisa, para

analisar seus métodos e julgar se o discurso tem uma propriedade científica ou retórica na elaboração do conhecimento, o autor, antes, dá um passo atrás, expondo, através de uma erudita exposição sobre a técnica, o que seria um dos seus eixos de possibilidade.

Para nós, o colega acerta, ao propor o juízo epocal, de estatuto fenomenológico, segundo o qual o pensamento está passando a assumir novas feições e salientar que, em função de sua associação com o desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, uma de suas figuras mais centrais, conforme estabeleceu a cibernética, é a comunicação. De outro lado, porém, se equivoca, ao pretender deduzir dessa situação, de nossa atualidade histórica, uma ciência interdisciplinar das comunicações, cujos métodos ele não aponta, os exemplos paradigmáticos sonegam e o objeto associa genérica e mecanicamente ao que foi estabelecido pelo seu próprio discurso (a fenomenologia da mediação), em vez da pesquisa especializada.

Quiroga especula sobre o que tornaria possível uma ciência interdisciplinar da comunicação com os olhos voltados para os estudos de mídia. Mas sem os examinar de fato, ignorando sua especificidade, acaba sem saber limitando-se a analisar um dos fatores constitutivos do pensamento cibernético (a tecnologia). Significa que ele reflete sobre o pensamento comunicacional como seu prisioneiro ou refém. Isto é, sem atitude crítica ou postura distanciada, impedindo-se pois de notar que, com o avanço deste pensar, é o próprio conceito de ciência que entra em questão (HEIDEGGER, 1988, 1995; LYOTARD, 1986).

Noutros termos, falta em seu texto a invocação de um outro capaz de relativizar o círculo hermenêutico do qual suas ideias se tornam prisioneiras. Não se observa uma zona a salvo da mediação, como, mal ou bem, é o caso, por exemplo, em Muniz Sodré (2015). Por isso, proíbe-se o autor de questionar a respeito da autonomia (seja crível ou admitida) que teria uma ciência que se revela emanação de uma mediação generalizada da existência, a endossarmos o diagnóstico de nosso tempo feito pelos teorizadores daquela categoria.

De acordo com Quiroga (2013), a mediação, por si só, barraria à comunicação, a autonomia científica que ele lhe atribui, por mais que constitua a própria mídia uma força autônoma no plano no qual se articula o discurso de nosso tempo. O autor, em suma, acarreta legitimidade acadêmica ao que não precisa, ajudando a mistificar o tema da epistemologia em termos que complementam os de seu colega Efendy Maldonado.

A utopia transmetodológica

Maldonado foi um dos poucos a ter clareza de que a epistemologia é, em síntese, pesquisa e análise da pesquisa. Advogando em favor de uma problematização crítica, histórica e analítica da mesma, o autor, todavia, não a sustentou como o exigido, ao

tratar da área de comunicação. Muito rápido, ele sucumbiu na pregação doutrinária, ao defender a elaboração sistemática de propostas para a pesquisa. Segundo o autor,

a construção epistemológica do campo das ciências da comunicação passa pelo reconhecimento — construído mediante pesquisas históricas e sistemáticas — das estruturas, realizações, estratégias e contextos que configuraram as diversas comunidades de pesquisadores, pensadores e cientistas (construtores da área). (MALDONADO, 2003, p. 207).

O teorismo ensaístico e o empirismo descritivo devem ser superados, se há o desejo de fazer ciência. Maldonado afirma com razão que a práxis científica “[...] exige realizar pesquisas concretas, problematizadas em profundo vínculo com o real, situando tanto a teoria quanto o empírico como problema a construir, e não como repetição de fórmulas ou preceitos generalistas e vácuos” (MALDONADO, 2003, p. 217-218).

Em seguida, porém, ele passa a doutrinizar, pregando que “precisa-se formular estratégias transdisciplinares de construção [do objeto] como condição para o desenvolvimento constitutivo do campo” (MALDONADO, 2003, p. 207-208). A colaboração interdisciplinar teve seus ganhos, mas agora fomenta uma promiscuidade intelectual que pode ser vencida, procedendo-se a uma reformulação epistemológica capaz de permitir “ao campo distinguir-se dos outros, a fim de dialogar e configurar estruturas mais complexas” (MALDONADO, 2003, p. 220).

Para ele, a comunicação é um campo de ultrapassagem, no sentido de superação, de várias áreas do saber, visto possuir uma perspectiva própria de estudo — a comunicacional — por mais difícil e complexa que seja sua identificação. A fundação e o desenvolvimento de uma epistemologia da comunicação são cruciais para o avanço estratégico do campo nessa direção, na medida em que, crê o autor, ela nos permite pensá-la em termos metateóricos e metametodológicos (MALDONADO, 2003, p. 215-220).

Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2007) referira-se à comunicação como nome de uma área de práticas transdisciplinares, sem dar exemplos se e como acontecem, não tendo, por isso, de fato, avançado na epistemologia. Maldonado revela sensibilidade ao problema, ao criticar a questão da transdisciplinaridade pela exploração retórica e o discurso fácil, que esconde a falta de rigor e de seriedade, a superficialidade e o esquematismo no campo. No entanto, tudo o que o autor diz sobre a transmetodologia com que pretende resgatar o problema, aparentemente o confirma.

Oriunda de uma vontade de salvar aquele discurso, seria a transmetodologia produto de um movimento “que ultrapassa fronteiras a partir do conhecimento profundo dos problemas/objeto de pesquisa setoriais”, ao trabalharem “na construção de problemáticas pertinentes, sistematização de procedimentos de pesquisa e construção de redes de argumentos teóricos fortes” (MALDONADO, 2003, p. 217).

Segundo o autor, o pesquisador “precisa se situar em um espaço transdisciplinar articulado pelo comunicacional” (MALDONADO, 2003, p. 220), mas lendo seu texto não logramos visualizar exemplo concreto nem daquele espaço nem do que é o comunicacional, além do ato de fala e do gesto ostensivo, simpático e pretensioso talvez, mas à falta do que foi dito, inevitavelmente dogmático. Que o real esteja a exigir definições transmetodológicas pode ser boa hipótese, mas onde está o exemplo e a refutação das definições previamente estabelecidas?

A transmetodologia se apresenta como “premissa epistêmica para a geração de investigações com pretensões de cientificidade no campo das ciências da comunicação” (MALDONADO, 2003, p. 221), mas ainda é viável, a falta de exemplos, esperar por “pesquisas configuradas em contextos múltiplos, diversidade de níveis de análise, participação de distintos conjuntos de teorias e redes conceituais”, que seriam fruto de “estruturações estratégicas reconstruídas e reformuladas de acordo com a problemática comunicacional” (MALDONADO, 2003, p. 221)?

A perspectiva transdisciplinar não passa do plano retórico se não explicar sua metodologia, mas essa não se revela na prática de pesquisa, a julgar pelo que nos diz seu intérprete e porta-voz: ela se resume no conjunto de exigências que o epistemólogo lhe faz. A abordagem, relata-nos o autor, exige

o conhecimento prévio das metodologias — fundamentadas em dimensões teóricas — pertinente a uma estratégia trans, buscando uma confluência de métodos que parte de suas lógicas de origem, aceita o compromisso da desconstrução e assume o desafio da práxis, que implica a exploração de problema e objetos em consonância e conflito com os modelos teórico/metodológicos problematizados [!] (MALDONADO, 2003, p. 221).

Maldonado revela-se teórico da cultura, e não da comunicação (no sentido de objeto do pensamento), ao afirmar que suas mutações, referentes à produção de sentido, obrigam-nos a “situar a comunicação em processos socioculturais e de significação vinculados com sistemas socioculturais” (MALDONADO, 2003, p. 212). A referência ao cunho transdisciplinar do estudo da produção de sentido e seu enquadramento histórico se encontram conectados a um entendimento da cultura como uma série de mediações e da mídia como um processo econômico e tecnológico que, agora, a atravessa, a mediatiza — para empregar o jargão — mas não esgota o primeiro. A vinculação disso à epistemologia da comunicação é um compromisso ético, convicção equivocada ou subserviência voluntária à administração.

Desde muito tempo sobram exemplos de autores, via de regra menos relevantes, que, na área em foco, defendem a transdisciplinaridade em textos que, às vezes, não fazem sequer uma referência a trabalhos que tratem de fenômenos de mídia. Efendy Maldonado escapa da tese declaratória, ao citar, além das próprias, as pesquisas de seus orientandos — o que não chega bem a ser honroso. Salvo engano, também em seus seguidores não se acha contraponto ao que defendem ou justificativa baseada

na crítica ou refutação exemplar — isto é, focada no relato de pesquisa — do que contestam. A crítica inexistente ou é abstrata: o pedido de adesão é feito no vazio, deixando dúvida sobre a propriedade de mais esta proposta lançada no que alguns têm chamado de “campo epistemológico da comunicação”.

Considerações finais

Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2007) interveio na consciência epistemológica da área de estudos de mídia propondo que esta, abrindo mão definitivamente de suas pretensões em se constituir como ciência disciplinar autônoma, passasse a ter um entendimento trans ou pós-disciplinar. A reflexão crítica teria revelado o cunho ilusório ou a fluidez das delimitações entre as várias áreas do saber, e na prática os limites da interdisciplinaridade baseada no seu entendimento em áreas estanques.

Dessas premissas, é possível tirar legitimamente duas consequências. A primeira seria a renúncia ao emprego, na área de comunicação ao menos, do conceito de ciência. Os estudos de mídia formam um campo cujos limites são determinados pelas pesquisas que com ele se identificam. A cientificidade deve, portanto, ser examinada caso a caso. A segunda seria resultado desta primeira e rezaria que, doravante os trabalhos epistemológicos devam se concentrar no que, desde um viés crítico e reflexivo, seria sua tarefa: isto é, no exame concreto dos conceitos, métodos e resultados, da cientificidade posta em prática pela pesquisa feita onde se invoca ou se cola a palavra comunicação (embora o foco, via de regra, seja a mídia).

A pesquisa, recordemos, se aprende na prática e se beneficia do exemplo. A crítica estimula seu desenvolvimento. A epistemologia pode auxiliar na formação da autoconsciência de uma e outra — mas não é tábua de salvação. A constatação de que muitos estudos feitos na área reivindiquem a colaboração de várias disciplinas não implica que todos o tenham de fazer.

O campo, em tese, comporta a transdisciplinaridade, mas também os esforços em manter uma disciplina (sociológica, por exemplo), assim como setores indisciplinados e indisciplináveis — estamos diante de fatos, contra os quais é difícil defender argumentos normativos. O estatuto disciplinar que ele eventualmente possa ter não se julga, a princípio e abstratamente, mas através da análise caso a caso. O valor de cada um não é, por sua vez, função de suas opções epistemológicas, mas do julgamento criterioso de suas pesquisas através do exercício da crítica.

Referências

AMARAL, Márcio. **Filosofia da comunicação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

- BELTRÃO, Luiz. **Fundamentos científicos da comunicação**. Brasília: Thesaurus, 1973.
- COELHO NETTO, Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- DEACON, David *et al.*. **Researching communications**. Londres: Arnold, 1999.
- FRANÇA, Vera. O objeto e a pesquisa em comunicação. *In*: MOURA, C.; LOPES, M. I. V. (orgs.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2016, p. 153-174.
- FRANÇA, V.; LOPES, M. I. V. Apresentação. *In*: LOPES, M. I. V. (org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.
- GOMES, Wilson. O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área de Comunicação. *In*: LOPES, M. I. V. (org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p.313-330.
- HEIDEGGER, Martin. **Filosofia e cibernética**. Pisa: ETS, 1988.
- HEIDEGGER, Martin. **Língua de tradição e língua técnica**. Lisboa: Vega, 1995.
- HOYOS-ANDRADE, Rafael. **Introdução à teoria da comunicação**. Assis: Unesp, 1985.
- LIMA, Vinicius. Repensando as teorias da comunicação. *In*: MELO, J. M. (org.). **Teoria e pesquisa em comunicação**. São Paulo: Cortez, 1983.
- LOPES, Maria I. V. Comunicação, disciplinaridade e pensamento complexo. *In*: ENCONTRO DA COMPÓS, 2007, Curitiba. **Anais 16º Encontro da Compós**. Curitiba: UTP, 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_221.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- LOPES, Maria I. V. (org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.
- LOPES, Maria I. V. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 1990.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MALDONADO, Alberto E. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizatória em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, A. E. *et al.* (org.). **Perspectivas metodológicas da comunicação**. João Pessoa: UFPB, 2008, p.27-54.
- MALDONADO, Alberto E. Explorações sobre a problemática epistemológica no campo das ciências da comunicação. *In*: LOPES, M. I. V. (org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p.205-226.

- MELO, José Marques de. **Comunicação Social**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- MOREIRA, Roberto. **Teoria da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- NEIVA, Eduardo. **Comunicação: teoria e prática social**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- QUIROGA, Tiago. **Pensando a Episteme Comunicacional**. João Pessoa: Eduepb, 2013.
- POLISTCHUK, I; RAMOS TRINTA, A. **Teorias da comunicação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- SÁ, Adísia (org.). **Fundamentos científicos da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SCHRAMM, Wilbur. The challenge to communication research. *In*: NAZFIGER, R.; WHITE, D. (orgs.). **Introduction to mass communication research**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1958, p. 3-31.
- SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SFEZ, Lucien. **Critique de la communication**. Paris: Seuil, 1992.